

Termo de cooperação prevê divulgação de dados abertos e estatísticas sobre atuação do CNDH, CNJ, CNMP, AGU, DPU, Condege e OAB

Uma cooperação técnica para divulgar dados abertos e estatísticas foi firmada ontem (01) entre o Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, a Advocacia-Geral da União, a Defensoria Pública da União, o Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais - Condege; e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

O objetivo é instituir um campo nas páginas das instituições chamada “Estatística”, reunindo dados abertos, painéis de Business Intelligence, relatórios estatísticos e informações que compõem o Sistema de Estatística, sobre as atividades-fim dos órgãos.

O termo de cooperação técnica foi assinado pelo presidente do CNDH, Renan Sotto Mayor; pelo ministro Dias Toffoli, presidente do CNJ; pelo procurador-geral e presidente do CNMP, Augusto Aras; pelo advogado-geral da União, José Levi do Amaral Júnior; defensor público-geral federal, Gabriel Oliveira; pela defensora pública-geral Maria José de Nápolis; e pelo advogado Felipe de Santa Cruz, da OAB.

Os representantes reuniram-se pelo Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão, instituído pelo CNJ e CNMP. A reunião marcou a última sessão presidida pelo ministro Dias Toffoli.

Pelo documento firmado, as instituições devem ainda consolidar as informações da atividade-fim para a tomada de decisões, a partir de dados abertos atuais, confiáveis e desagregados, elaborar relatórios estatísticos, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder/entidade; propiciar acesso rápido às informações, especialmente aos painéis sobre covid-19 e de acompanhamento de metas; entre outras obrigações.

“O termo de cooperação interinstitucional é mais um passo no compartilhamento de dados e transparência. Revela ainda a importância que o CNDH possui enquanto órgão de Estado fundamental para promoção de direitos humanos”, afirmou Sotto Mayor.

Para o vice-presidente do conselho, Leonardo Pinho, que também participou da reunião, “o CNDH dá mais um passo importante com esse termo de cooperação em sua afirmação com instituição Nacional de Direitos Humanos”.